



Adolescência

Uma fase de oportunidades

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011

RESUMO EXECUTIVO

A necessidade de investir na adolescência	1
Direitos dos adolescentes.	3
Desafios globais para os adolescentes	8
Aproveitando a oportunidade da adolescência . .	11
Trabalhando juntos em favor dos adolescentes .	13

A necessidade de investir na adolescência

Em meio à grande quantidade de questões, objetivos, metas e prioridades presentes na agenda internacional de desenvolvimento, os adolescentes – definidos pela Organização das Nações Unidas como indivíduos de 10 a 19 anos de idade – raramente vêm em primeiro lugar. Particularmente, quando orçamentos destinados ao desenvolvimento são restringidos, como ocorre neste momento, o bom senso convencional pode sugerir que a maioria dos recursos seja destinada às crianças na primeira década de vida. Nos últimos anos, o investimento em saúde, nutrição, educação básica e proteção para crianças mais novas vem garantindo um começo de vida significativamente melhor para muitas delas. No entanto, essa conquista vem acompanhada pela responsabilidade de garantir que o apoio às crianças continue à medida que crescem e se desenvolvem. Mudanças duradouras na vida de crianças e jovens – uma motivação crítica subjacente à Declaração do Milênio – só podem ser realizadas se o compromisso assumido em relação à primeira década de vida for complementado pelo reconhecimento da importância da segunda década.

Investir nos adolescentes é imprescindível por no mínimo cinco motivos:

- Em primeiro lugar, é um direito por princípio que, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, se aplica a adolescentes menores de 18 anos; e pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a todas as meninas adolescentes. Se quisermos realizar nossos compromissos com as crianças e os jovens estabelecidos por esses instrumentos, e buscar seriamente cumprir nossa promessa em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015, devemos considerar o bem-estar e os direitos dos adolescentes como parte integrante da agenda.
- Em segundo lugar, investir na adolescência é o modo mais eficaz de consolidar os ganhos históricos alcançados desde

1990 para crianças na primeira infância (do nascimento até os 4 anos de idade), e no período intermediário da infância (dos 5 aos 9 anos de idade), principalmente a redução de 33% na taxa global de mortalidade de menores de 5 anos, a eliminação quase total das diferenças de gênero nas matrículas na escola primária em diversas regiões; e os ganhos consideráveis no acesso à escolarização primária, à água limpa, a imunizações de rotina e a medicamentos essenciais, como drogas antirretrovirais.



Em Camarões, Hava, de 12 anos de idade (à esquerda, em primeiro plano), refez sua matrícula na escola recentemente, após a intervenção da Rede Nacional de Associações de Mães para Meninas, que defende a educação de meninas.

- Em terceiro lugar, investir em adolescentes pode acelerar a luta contra pobreza, disparidades socioeconômicas e discriminação de gênero. As iniquidades muitas vezes manifestam-se de forma incisiva ao longo da adolescência: crianças pobres ou marginalizadas têm menor probabilidade de fazer a transição para o ensino secundário e maior probabilidade de sofrer abusos de proteção, como casamento infantil, sexo precoce, violência e trabalho doméstico –, principalmente no caso de meninas. Privar os adolescentes de seus direitos a educação de

qualidade, cuidados de saúde, proteção e participação perpetua o círculo vicioso de pobreza e exclusão que lhes rouba a oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades.

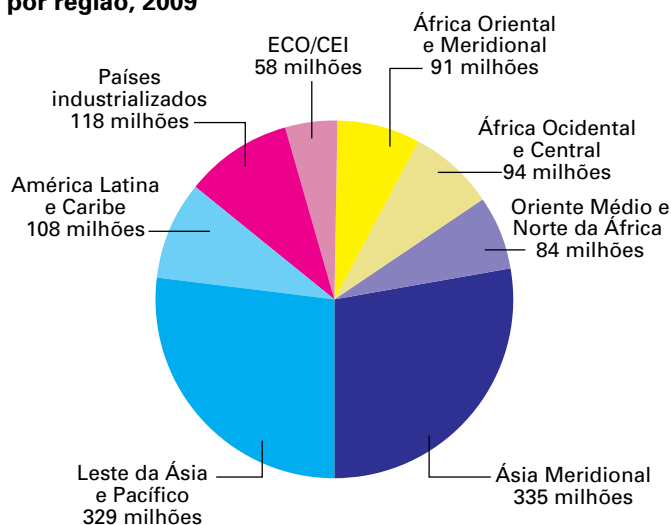
- Em quarto lugar, esse investimento ampliará nossos esforços para enfrentar os grandes desafios do nosso tempo: mudança climática, turbulência econômica, urbanização e migração explosivas, HIV e aids, e crises humanitárias cada vez mais frequentes e graves. Para lidar de maneira eficaz com as consequências intergeracionais desses desafios, os adolescentes deverão ser tratados como parceiros iguais e equipados com habilidades, capacidades e conhecimentos adequados.
- Por fim, embora normalmente sejam identificados como a “futura geração” de adultos, não devemos esquecer que estão também firmemente integrados à atual geração de cidadãos do mundo – vivendo, trabalhando, dando sua

contribuição para famílias, comunidades, sociedades e economias. Tanto quanto crianças pequenas, adolescentes merecem reconhecimento, proteção e cuidados, bens e serviços essenciais, oportunidades e apoio.

De fato, de todas as crianças, os adolescentes talvez sejam aqueles que, em alguns contextos, têm as maiores necessidades – principalmente em relação a riscos de proteção, como casamento infantil, exploração sexual comercial e conflitos com a lei. Mesmo assim, essas áreas importantes recebem menos investimento e assistência – em alguns casos como resultado de sensibilidades políticas, culturais e sociais. Tendo em vista o forte vínculo entre proteção, educação e sobrevivência infantil, é evidente que o investimento em adolescentes – principalmente em meninas – tem o poder de reduzir o número de mortes infantis, melhorar as condições de nutrição e enfrentar violência, abusos e exploração de crianças e mulheres com seriedade.

Por esses motivos, e em apoio ao segundo Ano Internacional da Juventude, que teve início em agosto de 2010, o UNICEF dedicou aos adolescentes e à adolescência a edição de 2011 de seu principal relatório, *Situação Mundial da Infância*. O relatório analisa os desafios enfrentados por meninas e meninos à medida que ingressam na segunda década de vida, destacando não só os riscos e as vulnerabilidades desse período crucial, mas também as oportunidades únicas que pode oferecer, tanto para os próprios adolescentes como para as sociedades em que vivem. As evidências acumuladas demonstram que investir em adolescentes é nossa maior esperança de romper o ciclo intergeracional de pobreza e iniquidade que debilita comunidades e países, colocando em perigo o desenvolvimento e os direitos de um número incontável de crianças. Agindo imediatamente temos uma chance de dar a esta geração os poderes necessários para realizar seus direitos, lançar as bases de um mundo mais pacífico, tolerante e equitativo, no qual sucessivas gerações de crianças possam florescer.

População adolescente (10-19 anos de idade), por região, 2009



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, *World Population Prospects: The 2008 Revision*, disponível em: www.esa.org/unpd/wpp2008/index.htm. Acesso em outubro de 2010.

Direitos dos adolescentes

Nem todos os adolescentes têm acesso a educação de qualidade, cuidados de saúde, proteção e participação. A primeira etapa para monitorar e garantir seus direitos é realizar uma avaliação precisa de sua situação atual. Infelizmente, dados abrangentes desagregados, essenciais para acompanhar os progressos, ainda são raros, principalmente nos países em desenvolvimento. Sistemas nacionais e internacionais de informações sobre crianças concentram-se principalmente nos primeiros anos de vida, quando as ameaças à saúde são maiores e é mais fácil avaliar a frequência à escola. Embora um foco mais concentrado na proteção holística da criança tenha produzido alguns indicadores básicos sobre questões que afetam os adolescentes – tais como trabalho infantil, casamento infantil, mutilação/corte genital feminino, violência e deficiência –, ainda há uma necessidade considerável de informações em maior número e de melhor qualidade.

Saúde

De maneira geral, os adolescentes em todos os lugares do mundo são mais saudáveis hoje do que em gerações anteriores. Graças, em grande parte, a investimentos nas fases inicial e intermediária da infância, aqueles que conseguem chegar à segunda década de vida já superaram o período de maior risco de mortalidade. Acidentes respondem por mais de um terço das mortes de adolescentes: em 2004, cerca de 400 mil adolescentes morreram devido a lesões não intencionais. Muitos desses acidentes poderiam ser evitados com melhores condições de segurança nas estradas, principalmente em áreas onde a rápida urbanização coincide com uma grande população de adolescentes. Meninos são as vítimas mais frequentes de acidentes de trânsito, e são também mais propensos a lesões ou morte por atos de violência ocasionais ou organizados.

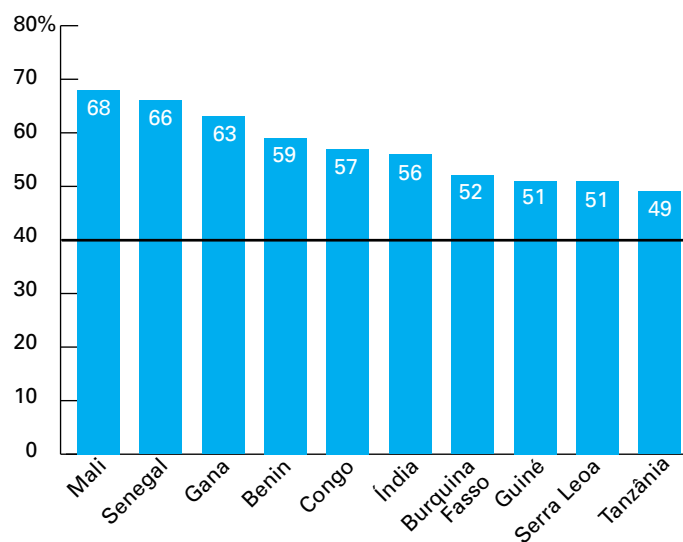
Em parte, a vulnerabilidade de adolescentes origina-se de sua propensão natural a assumir riscos e a testar os limites do comportamento socialmente aceitável. Na tentativa de estabelecer uma identidade autônoma, podem experimentar tabaco, álcool e outras substâncias, ou envolver-se em com-

portamento de risco que pode causar lesões ou problemas de saúde de longo prazo.

Nutrição

Insignificantes na primeira infância, as diferenças de gênero relativas à nutrição tornam-se evidentes na adolescência e são particularmente notáveis na África Ocidental e Central e na Ásia Meridional. As consequências de dificuldades nutricionais podem ser particularmente graves para meninas adolescentes: muitas daquelas que vivem em regiões que registram altas taxas de anemia e subnutrição casam-se e engravidam durante a adolescência e, portanto, estão mais sujeitas a morrer ou a sofrer complicações durante a gestação e o parto. O sobrepeso e a obesidade também debilitam a saúde de muitos adolescentes nos países industrializados e em desenvolvimento.

Prevalência de anemia em meio a meninas adolescentes (15-19 anos de idade) em um subconjunto de países com alta prevalência e que dispõem de dados*



*A linha horizontal na marca de 40% representa o limiar no qual a anemia é considerada uma questão grave de saúde pública nacional.

Fonte: DHS e levantamentos nacionais, 2003-2009.

Na cidade de Nova Iorque, nos EUA, menina faz uma pergunta em uma assembleia especial realizada na Escola de Liderança de Mulheres Jovens de East Harlem.

Saúde sexual e reprodutiva

Muitos adolescentes no mundo todo mantêm relações sexuais. Dados de pesquisas domiciliares indicam que em países em desenvolvimento – sem incluir dados referentes à China –, aproximadamente 11% das moças e 6% dos rapazes de 15 a 19 anos de idade afirmam ter tido relações sexuais antes dos 15 anos. Para preservar sua saúde e sua segurança, os adolescentes devem ter acesso desde cedo a serviços e informações de alta qualidade em relação à saúde reprodutiva e sexual. Há disparidades de gênero significativas nessa área. Embora meninos adolescentes envolvam-se com maior frequência em relações sexuais de maior risco, também são mais propensos a utilizar preservativos. A maior vulnerabilidade das meninas quanto a riscos de saúde sexual e reprodutiva, assim como a riscos de proteção relacionados a gênero em muitos países e comunidades, torna especialmente importante atribuir-lhes poder por meio dos conhecimentos e do acesso necessários.

O casamento infantil está associado a maior probabilidade de complicações durante a gestação e o parto – uma das principais causas de morte de meninas de 15 a 19 anos de idade no mundo todo –, assim como a maior risco de infecções sexualmente transmissíveis e a gestações indesejadas. A falta de controle sobre sua própria fertilidade leva muitas adolescentes a recorrer a abortos inseguros, correndo risco de sofrer lesões sérias ou de morrer e, muitas vezes, de entrar em conflito com a lei.

HIV e aids

HIV e aids representam uma grande ameaça à saúde e à sobrevivência da atual geração de adolescentes. As meninas correm um risco muito maior de contrair HIV do que os meninos, como resultado de maior suscetibilidade fisiológica e porque, muitas vezes, não têm controle sobre as relações sexuais e o uso de preservativos; a violência sexual, tanto dentro como fora do casamento, aumenta ainda mais o risco de infecção. O investimento em serviços de saúde reprodutiva e na divulgação de conhecimentos consistentes sobre HIV aumenta o poder dos adolescentes para fazer



©UNICEF/NYHQ2009-1416/Markisz

escolhas e adotar comportamentos, e há indicações de que tais esforços estão começando a dar frutos – embora existam disparidades de gênero também nessa área. Embora o número de meninas que fazem o teste de HIV seja maior do que o de meninos, eles normalmente têm maior conhecimento sobre prevenção. Para conter a disseminação de HIV, é essencial disponibilizar esses serviços e informações na fase inicial da adolescência (dos 10 aos 14 anos de idade); na fase final da adolescência (dos 15 aos 19 anos de idade), o risco de infecção para jovens já é considerável em países com alta prevalência.

Saúde mental

Para muitos indivíduos, os problemas de saúde mental surgem pela primeira vez durante a adolescência. Muitos países vêm registrando um aumento no número de casos de depressão, transtornos alimentares (principalmente entre meninas) e comportamentos autodestrutivos. Embora esses transtornos muitas vezes tenham origem em baixa autoestima e em fortes pressões para adequar-se a expectativas pouco realistas, acredita-se que entre os indutores estão violência, maus-tratos, abusos e negligência, assim como *bullying*.

Deficiência

Ninguém sabe ao certo quantos adolescentes são afetados por deficiências físicas ou mentais. Frequentemente segregados da sociedade ou considerados objeto de caridade, adolescentes com deficiência têm menor probabilidade de frequentar a escola e concluir sua escolarização e, portanto,

maior probabilidade de tornar-se adultos pobres; muitos são também vítimas de violência e abusos. Desenvolver uma abordagem à deficiência baseada em equidade pode efetivamente modificar percepções e eliminar alguns dos obstáculos enfrentados por esse grupo de crianças e adolescentes. O acesso a transporte, edifícios, instalações educacionais e outros recursos é essencial para garantir que desfrutem das mesmas oportunidades que seus pares.

Educação

O ensino secundário é essencial para o desenvolvimento e o bem-estar do adolescente. Para superar com sucesso os múltiplos riscos ao seu desenvolvimento e a seus direitos, os adolescentes devem ser dotados de uma ampla gama de conhecimentos e habilidades essenciais, entre as quais resolução criativa de problemas, busca e avaliação crítica de informações, e comunicação eficaz. Nos locais em que o ensino secundário está disponível, escolas primárias tendem a ter melhor qualidade e a matricular um número maior de crianças, ao mesmo tempo em que as comunidades se beneficiam de maior participação cívica, níveis mais baixos de violência entre jovens, diminuição da pobreza e aumento do poder da sociedade.

A maioria das crianças inicia o ensino secundário na primeira fase da adolescência. No entanto, nesse grupo etário, uma em cada cinco crianças não frequenta a escola (na África ao sul do Saara, uma em cada três) – um total de quase 71 milhões de adolescentes. Entretanto, um terço dos adolescentes que frequentam a escola ainda está no ensino primário. Apesar dos progressos significativos realizados ao longo da última década, muitos milhões de adolescentes não fazem a transição para o ensino secundário. Ensino primário incompleto, custos mais altos, maior distância até a escola e carências econômicas são apenas alguns dos obstáculos que impedem as crianças de continuar sua escolarização.

A educação gera muitos benefícios de longo prazo, especialmente para meninas adolescentes, contribuindo para

casamentos mais tardios, taxas mais baixas de fertilidade, redução da violência doméstica e da mortalidade de bebês, e melhor nutrição infantil. Na maioria das regiões do mundo, as taxas de frequência escolar de meninas são mais baixas do que as de meninos. Ao mesmo tempo, em quase todos os países desenvolvidos e nas regiões da América Latina e Caribe e Leste da Ásia e Pacífico, as meninas superam os meninos em realizações educacionais.

Muitas vezes, adolescentes de grupos marginalizados ficam em desvantagem, mesmo nos locais onde a escolarização secundária está disponível. Para dar-lhes a oportunidade de adquirir habilidades para ganhar a vida de maneira adequada, e os conhecimentos de que necessitam para proteger-se e exercer seus direitos, é necessária uma variedade maior de opções educacionais. Adolescentes menos favorecidos em termos educacionais podem beneficiar-se da educação não formal ou entre pares, cursos profissionais e técnicos, e programas flexíveis de “recuperação” destinados àqueles cuja escolarização foi interrompida. Ao focalizar mais intensamente a equidade na educação, será possível alcançar adolescentes vulneráveis excluídos por pobreza, HIV e aids, deficiência ou etnia.

Proteção

Muitas das principais ameaças à criança em função de violência, abusos e exploração atingem seu pico durante a adolescência. São basicamente os adolescentes, principalmente os meninos, que são forçados a envolver-se em conflitos como soldados-criança ou a trabalhar em condições arriscadas como crianças trabalhadoras – situações que restringem severamente suas oportunidades de concluir os estudos ou de escapar da pobreza. Milhões encontram-se em situação de conflito com a lei; outros são privados de seu direito à proteção por sistemas jurídicos inadequados ou por normas sociais que permitem que sofram exploração e abusos. Ato de violência – física, sexual ou psicológica –

ocorrem dentro de casa, na escola e na comunidade, perpetrados tanto por colegas como por adultos. Os adolescentes com deficiência, aqueles que vivem nas ruas, os que estão em conflito com a lei e crianças refugiadas e deslocadas são particularmente vulneráveis.

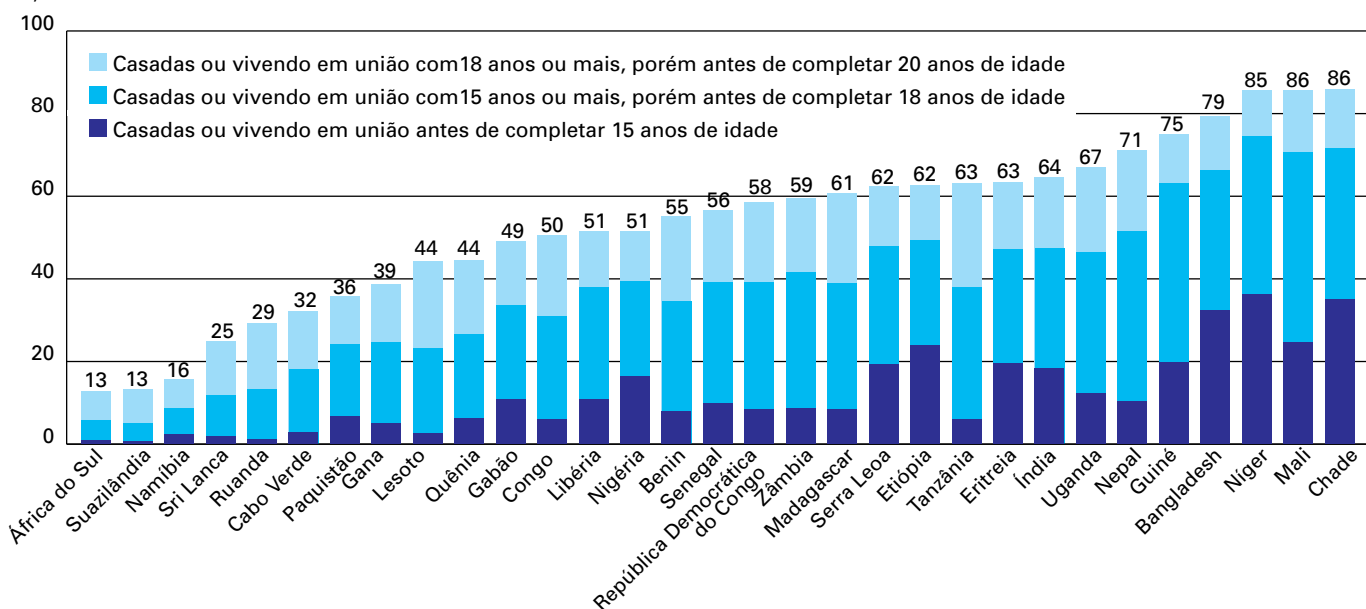
Uma compreensão completa do nível de exposição dos adolescentes a violência, abuso, exploração, negligência e discriminação é prejudicada pela falta de dados confiáveis. É difícil coletar essas informações, uma vez que muitas formas de risco de proteção ocorrem em contextos clandestinos, fora da lei, e são poucos os envolvidos que desejam ou são capazes de falar sobre essas questões. O tráfico infantil – seja para trabalhos forçados, casamento, prostituição ou trabalho doméstico – é uma dessas áreas. Ao longo da última década, muitos países adotaram novas leis para frear o tráfico, embora alguns infratores continuem impunes.

As ameaças aos direitos do adolescente são exacerbadas por discriminação de gênero e exclusão. As taxas de violência doméstica e sexual são mais altas para meninas do que para meninos. Esses abusos reforçam a dominância masculina na família e na comunidade, impedindo que seja atribuído maior poder às mulheres. Aproximadamente uma em cada três mulheres nos países em desenvolvimento – sem incluir dados sobre a China – casa-se antes de completar 18 anos de idade. O casamento infantil frequentemente deixa as meninas em situação de isolamento e impotência dentro da família de seus maridos, mais vulneráveis a abusos, muitas vezes tendo que suportar uma carga excessiva de trabalho doméstico. Embora em declínio, a mutilação/corte genital feminino ainda é praticada em 29 países.

O combate a práticas danosas que afetam predominantemente mulheres e meninas exige programas baseados em

Figura 2.7: Casamento por idade de primeira união em países selecionados com dados disponíveis desagregados por idade

Porcentagem de mulheres (20-24 anos de idade) que se casaram pela primeira vez ou passaram a viver em união aos 15, 18 ou 20 anos de idade



Fonte: DHS e outros levantamentos nacionais, 2000-2009.



©UNICEF/NYHQ2004-1027/Pirozzi

Em Tbilisi, na Geórgia, menina é entrevistada por jornalistas de 16 anos de idade, da Young People's Media Network, que promove a criação de redes para a juventude.

direitos, que promovam o debate e a ampla participação como meio de gerar consenso e criar mudança social. Além de estimular maior igualdade entre homens e mulheres, esses esforços podem melhorar a saúde materna, reduzir a mortalidade infantil, diminuir as desvantagens educacionais e fortalecer a proteção a crianças e mulheres.

Participação

Adolescentes não se tornam cidadãos ativos e responsáveis de um dia para outro; para aprender e praticar cidadania ao longo de sua transição para a idade adulta, é preciso que tenham maior poder. Reconhecido com um dos quatro princípios básicos da Convenção sobre os Direitos da Criança, o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos que a afetam é um componente vital da sobrevivência, do desenvolvimento e da educação da criança. Vêm sendo empreendidos esforços consideráveis para desenvolver leis e políticas que apoiem a participação de adolescentes, mas sua implementação nem sempre é eficaz ou consistente. Muitas práticas e atitudes tradicionais, assim como barreiras políticas e econômicas, continuam a impedir o direito dos adolescentes de expressar suas opiniões e tê-las analisadas com a devida consideração. Tampouco esse direito é suficientemente estendido àquelas crianças que possam ter dificuldades para expressar-se, como meninas, adolescentes com deficiência e crianças de grupos minoritários, autóctones e migrantes.

Além de ser um direito fundamental, a participação estimula o pleno desenvolvimento da personalidade da criança e de suas capacidades em evolução. Por meio de envolvimento

cívico significativo, os jovens podem aprender sobre seus direitos, explorar uma variedade de relações sociais e preparar-se para uma cidadania ativa no futuro, levando energia, entusiasmo e novas perspectivas para o desenvolvimento de suas comunidades.

Tradicionalmente, os jovens ingressam na vida cívica quando se unem a organismos formais, como conselhos e parlamentos de jovens. Os adolescentes de hoje optam, cada vez mais, pelo ativismo *on-line* ou interativo. Sendo “nativos digitais”, acostumados a um mundo de comunicação interativa e digital, os adolescentes – principalmente nos países industrializados – estão criando um novo estilo de ativismo político, construído em torno de redes relevantes e ágeis na internet. Sempre que possível, os adolescentes devem ser estimulados a criar suas próprias organizações, lideradas por eles, por meio das quais podem estabelecer um espaço para participação e representação significativas.

Utilizadas adequadamente, internet, redes sociais e outras tecnologias de comunicação podem ser ferramentas excelentes para aumentar o poder das crianças para manifestar-se sobre questões que são importantes para elas, permitindo criar um *momentum* e ampliar o alcance geográfico do ativismo dirigido pelas crianças. Permitir que todos os jovens expressem suas opiniões por meio de uma plataforma comum, pode ajudar a nivelar as desigualdades e a superar a discriminação, especialmente para adolescentes com deficiência, meninas ou aqueles que vivem em áreas rurais onde não existem associações de jovens.

Desafios globais para os adolescentes

Mudança climática e o meio ambiente

Para a atual geração de adolescentes, as ameaças da mudança climática têm um imediatismo que escapa a muitos indivíduos mais velhos, que talvez não vivam para ver os desdobramentos de seu impacto total. Nove em cada dez adolescentes vivem em países em desenvolvimento, que devem suportar a maior carga dos efeitos de degradação ambiental, perda de recursos naturais vitais e maior insegurança alimentar e de água – e que, como tendência, não possuem sistemas e recursos para restabelecer rapidamente a “normalidade” após desastres naturais. Instabilidades relacionadas ao clima podem ter consequências nefastas de longo prazo para a vida e as perspectivas dos adolescentes, comprometendo potencialmente suas condições de saúde e nutrição, e interrompendo sua educação. Famílias deslocadas ou aquelas que perderam seus meios de subsistências talvez não consigam mais enviar suas crianças para a escola ou pagar por cuidados de saúde.

Plenamente conscientes de que deverão assumir uma porção importante da carga e dos custos de mitigar a mudança climática e adaptar-se a ela, muitos adolescentes defendem impetuosamente a necessidade de agir agora. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC) estimulou o debate vibrante em meio a jovens do mundo todo; em 2009, os jovens foram reconhecidos oficialmente como agentes da sociedade civil no processo de negociação da CQNUMC. Incorporar as perspectivas dos adolescentes e estimular sua participação na redução de riscos de desastre e nas estratégias de adaptação à mudança climática nos níveis nacional e internacional não é apenas uma questão de princípio – é uma medida imprescindível. A magnitude de nossos atuais desafios ambientais demanda uma resposta intergeracional, que inclua os adolescentes como parceiros no mesmo nível dos adultos nas tomadas de decisão.

Pobreza, desemprego e globalização

O futuro desenvolvimento econômico e social dos países depende do aproveitamento da energia e do desenvolvimento das habilidades dos jovens. É durante a adolescência que muitos indivíduos têm sua primeira experiência de trabalho, formal ou informal, e com frequência espera-se que desempenhem um papel no apoio a suas famílias. O trabalho adequado pode ser benéfico, desde que não impeça a realização de direitos. O desemprego de jovens – que chega a 81 milhões de indivíduos – é hoje uma preocupação em quase todos os países. Os adolescentes lutam para encontrar um trabalho adequado, que lhes garanta uma posição segura acima da linha da pobreza. Em muitos países em desenvolvimento, a escassez de oportunidades de emprego produtivo em período integral significa que a primeira experiência de trabalho para os jovens muitas vezes é um desperdício de talento e gera desilusão, subemprego e continuidade da pobreza.

Apesar dos progressos nas áreas de saúde e educação, os benefícios da globalização permanecem fora de alcance para milhões de adolescentes. Muitos daqueles que frequentaram a escola não adquiriram habilidades suficientes para competir em um mundo interconectado. Esse déficit de habilidades pode prejudicar o desenvolvimento de economias inteiras; é um obstáculo importante para níveis mais altos de investimento e para um crescimento econômico mais rápido. A tecnologia da informação tem o potencial de remover barreiras à educação e à alfabetização e pode abrir as portas de muitos dos benefícios da globalização. Mas essa chave mágica ainda está fora do alcance de muitos: ainda existe uma ampla barreira digital para o acesso e as habilidades, não só entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento – principalmente nos países menos desenvolvidos –, mas também entre ricos e pobres dentro de um país. O acesso e a capacitação em habilidades são particularmente difíceis para adolescentes com deficiência, para aqueles provenientes de comunidades marginalizadas ou de minorias étnicas e, em algumas sociedades, para meninas adolescentes.

Este é o momento de investir no desenvolvimento das habilidades de que os adolescentes necessitam para seu próprio desenvolvimento e para contribuir para o desenvolvimento da economia de seu país em direção a maior segurança e prosperidade. Muitos países em desenvolvimento, particularmente os de baixa renda, encontram-se atualmente em um momento de oportunidade demográfica única. Uma alta proporção de adolescentes em suas populações cria uma força de trabalho muito grande, abrindo uma janela de duas décadas para um desenvolvimento econômico mais robusto. Quatro áreas-chave de políticas – empregabilidade, empreendedorismo, igualdade de oportunidades para homens e mulheres jovens, e criação de emprego – devem ser incluídas nos planos nacionais de ação no enfrentamento da pobreza e do desemprego em meio a adolescentes.

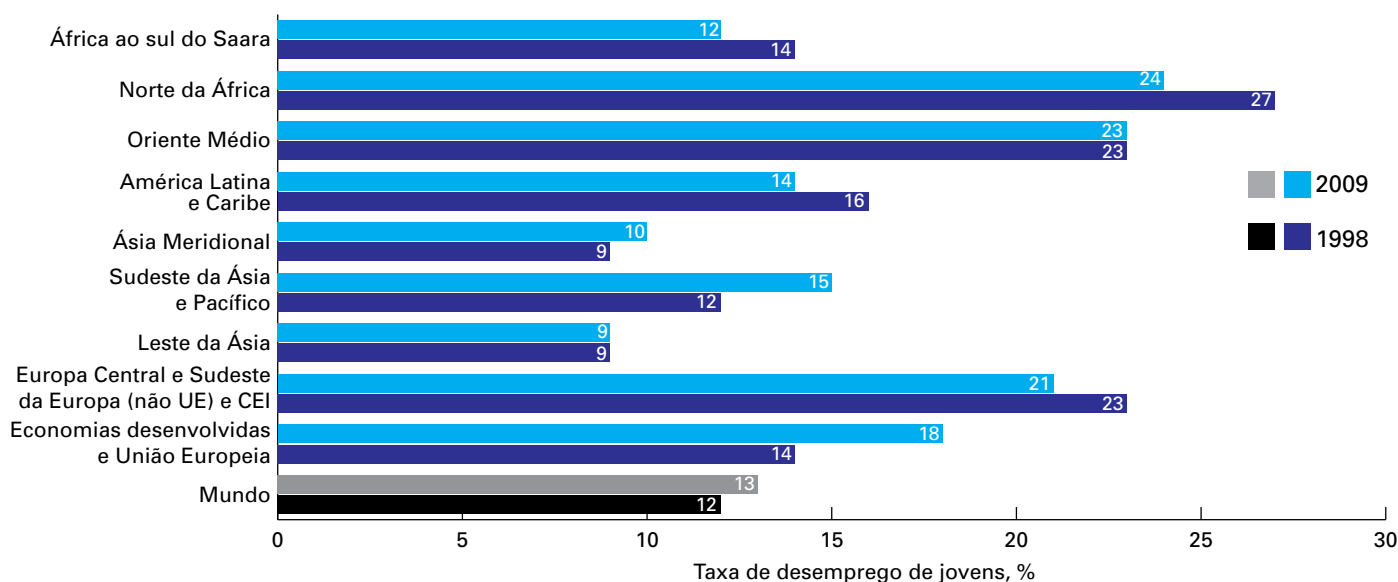
Crianças em conflito com a lei

Muitas vezes, os adolescentes são retratados como uma ameaça à paz e à segurança da comunidade. Porém, apesar

das dificuldades que encontram ao longo de seu desenvolvimento, a grande maioria dos adolescentes aceita pacificamente os códigos de conduta de suas sociedades. A revolta dos jovens contra normas sociais geralmente marca uma fase temporária, que desaparece espontaneamente com a transição para a vida adulta. Alguns delitos cometidos por jovens – como faltar às aulas ou fugir de casa – são simplesmente “delitos de *status*”, considerados fora da lei apenas com base na idade. A maioria dos crimes graves surge do envolvimento dos adolescentes com gangues. Rapazes são muito mais propensos a cometer delitos, e embora envolva a rejeição de muitos valores adultos estabelecidos, a cultura de gangue tende a importar papéis tradicionais de gênero.

Muitos adolescentes que entram em conflito com a lei ainda são crianças, cujos direitos sob a Convenção devem ser respeitados. O UNICEF estima que, em algum momento, haja mais de um milhão de crianças detidas por agentes da lei. Em todo o mundo, em prisões e instituições, os adolescentes são frequentemente privados de seus direitos

Figura 3.2: Tendências globais no desemprego de jovens



Fonte: International Labour Organization, *Global Trends in Youth Employment*, ILO, Genebra, 2010, Anexo 1, Tabela A5



No Paquistão, menina de 12 anos tira água de uma torneira instalada junto à porta da casa de sua família.

a cuidados médicos, educação e oportunidades para desenvolvimento individual; a detenção também expõe a criança a formas graves de violência e abuso. Embora em algumas circunstâncias a prisão seja inevitável, é essencial explorar alternativas às sentenças de prisão, sempre que possível. O objetivo de sistemas de justiça juvenil deve ser a conciliação e a reintegração, orientando os jovens em direção à cidadania responsável.

Situações de conflito e de emergência

Para adolescentes envolvidos em situações de conflitos e de emergência, falta de paz e de segurança agrava as dificuldades de passar para a vida adulta. Ao longo das duas últimas décadas, a comunidade internacional mostrou um reconhecimento crescente do impacto dos conflitos armados sobre crianças e jovens, e procurou amenizá-lo. A Convenção sobre os Direitos da Criança estipula que crianças menores de 15 anos de idade não devem participar de hostilidades e devem ser protegidas dos efeitos de conflitos armados. O recente Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados aumentou para 18 anos a idade mínima de recrutamento para o serviço militar e criminalizou o recrutamento de crianças por grupos rebeldes.

Embora não sejam tão vulneráveis à morte e a doenças causadas por conflitos como as crianças pequenas, os adolescentes correm maiores riscos de outras formas. Podem ser alvo de recrutamento por grupos armados, forçados a carregar armas e participar em atrocidades, ou ainda podem ser submetidos à escravidão sexual ou de outro tipo. Conflitos e situações de emergência também forçam muitos adolescentes a interromper sua educação devido a instabilidades, problemas econômicos ou porque precisam cuidar de outras pessoas. Conflitos e situações de emergência aumentam o risco de empobrecimento e tornam os adolescentes mais vulneráveis a atividades criminosas, violência e exploração.

No entanto, em períodos de crise, os adolescentes não são necessariamente apenas vítimas e testemunhas – tendo oportunidade, podem ser também parte de suas soluções e da renovação da sociedade após o conflito. A participação de adolescentes em situações desafiadoras pode ser um meio e um fim. Permitir que as crianças participem do enfrentamento da situação – com medidas que evitem que sejam expostas a experiências perturbadoras ou prejudiciais – contribui para que recuperem o controle sobre sua vida e lidem com a devastação psicológica, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas habilidades e estimulam a reabilitação da comunidade.

Aproveitando a oportunidade da adolescência

Um bom início na primeira década da vida de uma criança é necessário, mas não suficiente, para romper os elos da pobreza e da iniquidade. Para fazer diferença duradoura para os indivíduos e as sociedades, e para aproveitar as oportunidades da adolescência, devemos complementar as melhorias conseguidas para crianças pequenas com investimentos em educação, cuidados de saúde, proteção e participação ao longo da segunda década de vida – principalmente para os adolescentes mais pobres e mais marginalizados. Jovens que têm seus direitos respeitados são mais propensos a tornar-se economicamente independentes, a tomar decisões informadas sobre sexo e assumir suas responsabilidades como cidadãos plenamente comprometidos. Para finalizar o ciclo de pobreza, eliminar iniquidades e garantir um futuro melhor para milhões de crianças e jovens, é essencial investir em cinco áreas básicas:

- **Melhorando a coleta e a análise de dados**

Lacunas importantes nos dados constituem um dos maiores obstáculos à promoção dos direitos dos adolescentes. Iniciativas recentes da ONU e de outras organizações ampliaram nossa compreensão sobre questões vitais como violência, abuso sexual e saúde reprodutiva. Para áreas como saúde mental e deficiência do adolescente, e qualidade do ensino secundário, simplesmente não há dados suficientes para avaliar de forma adequada as circunstâncias em que vivem as crianças do mundo todo. Com relação a outras áreas, especialmente participação de adolescentes, ainda é preciso determinar medidas consistentes. Evidências confirmam que a pobreza limita o acesso à educação e aumenta o risco de abusos de proteção. No entanto, poucos países dispõem de estatísticas básicas desagregadas por localização geográfica e riqueza.

Para direcionar e monitorar os progressos rumo aos objetivos de desenvolvimento, é necessário desenvolver urgentemente indicadores aceitos internacionalmente e desagregados

por sexo, idade, deficiência física, *status* socioeconômico, etnia, casta e religião. Identificar os adolescentes mais marginalizados e vulneráveis é essencial para garantir que os avanços sejam equitativos. Pesquisas domiciliares baseadas na população, tais como Pesquisas de Demografia e Saúde, apoiadas pela Usaid, e Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, apoiadas pelo UNICEF, fornecem medidas abrangentes para alguns desses indicadores. O desenvolvimento da capacidade de sistemas nacionais de estatísticas, com enfoque mais específico nos adolescentes, garantirá que se compreenda melhor se seus direitos estão sendo realizados, e de que maneira.



Em Tagabe, Vanuatu, rapaz de 16 anos prepara um sanduíche enquanto seu instrutor observa, durante uma aula de culinária no Centro Teatral Wan Smolbag.

- **Investindo em educação e capacitação**

O ensino secundário melhora as possibilidades de rendimentos dos indivíduos e impulsiona o crescimento econômico de maneira geral. Em um mercado de trabalho cada vez mais

Em 2009, no Encontro de Cúpula J8 realizado em Roma, na Itália, representantes jovens discutem questões globais durante uma sessão de grupo de trabalho.



©UNICEF/NYHQ2009-0970/Caleo

tecnológico, níveis educacionais mais avançados provêm as habilidades necessárias para aumentar a produtividade e estimular o investimento estrangeiro. O ensino secundário pode também causar um forte impacto na promoção da igualdade de gênero e em melhores condições de saúde materna, contribuindo, dessa forma, para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 3, 4 e 5. Para meninas adolescentes que frequentam o ensino secundário, a probabilidade de estar casadas é seis vezes menor do que para meninas que não frequentam esse nível educacional; e a probabilidade de engravidar é três vezes menor.

O investimento no ensino secundário pode ser dividido em três ações-chave: ampliação da escolarização obrigatória até o nível secundário; eliminação dos encargos educacionais para os níveis primário e secundário; e garantia de que a educação seja igualmente acessível a todos. O caráter obrigatório do ensino secundário constitui um incentivo mais forte para concluir o ensino primário e permite que um número maior de crianças adquira as habilidades necessárias para competir na economia global, impulsionando o crescimento econômico. A eliminação dos encargos educacionais estimula a equidade nas matrículas e permite que um número maior de crianças continue aprendendo. E a promoção da equidade garantindo acesso igualitário à educação após o ensino primário para aqueles que hoje estão excluídos e marginalizados tem o potencial de eliminar a discriminação e de romper o ciclo intergeracional da pobreza. Por fim, Estados e outros interessados devem investir na qualidade da educação, assim como na abertura de outras opções de aprendizagem para os inúmeros adolescentes que foram forçados a interromper sua educação.

- **Institucionalizando mecanismos para a participação de jovens**

A participação ativa de adolescentes na vida familiar e cívica estimula a cidadania positiva quando chegam à vida

adulta. Cada vez mais capazes de avaliar as circunstâncias em que vivem e fazer opções relativas a questões que afetam sua vida, os adolescentes devem ter a oportunidade de agir de acordo com sua capacidade em evolução. Os benefícios pessoais da participação são imensos. A oportunidade de aprimorar sua capacidade de tomar decisões e de aprender a comunicar suas opiniões aumenta o poder dos jovens para fazer opções com conhecimento e negociar com maior confiança os muitos desafios ao longo de sua jornada para a vida adulta.

Conselhos nacionais de juventude, fóruns de jovens, iniciativas de serviço comunitário, ativismo *on-line* e outras vias permitem que os adolescentes expressem suas opiniões. No entanto, as interações diárias são igualmente importantes: contribuir para decisões familiares, representar um grupo, uma turma ou uma escola em um projeto, realizar trabalhos voluntários na comunidade e reunir-se com representantes locais. Para derrubar as barreiras jurídicas, políticas, econômicas, sociais e culturais à participação das crianças, é preciso vontade para reexaminar os pressupostos sobre seu potencial, visando criar um contexto em que as crianças possam realmente desenvolver-se, construindo suas capacidades ao longo do processo.

- **Criando um ambiente favorável aos direitos da criança e do adolescente**

Legislações, políticas e programas que promovem os direitos do adolescente exigem um ambiente de apoio para sua implementação, o que demanda mudanças sistêmicas em todos os níveis. Além de promover a saúde e ampliar as oportunidades de educação, os governos nacionais devem utilizar sistemas jurídicos, orçamentos, políticas e programas, assim como educação e conscientização para eliminar os obstáculos aos serviços essenciais e à proteção, e derrubar os constructos de gênero que prejudicam o desenvolvimento do adolescente.

- **Lidando com a pobreza e a iniquidade**

A pobreza talvez seja a maior ameaça isolada aos direitos do adolescente: lança os jovens prematuramente na idade adulta ao tirá-los da escola, forçando-os a entrar no mercado de trabalho ou a casar-se precocemente. Nas regiões com o maior número de adolescentes – Ásia Meridional e África ao sul do Saara –, aproximadamente 73% da população vive com menos de US\$2 por dia. A proteção social sensível à infância – que provê apoio suficiente às crianças dos setores mais pobres e mais marginalizados da população para atender a suas necessidades básicas – pode ser um componente-chave de políticas de desenvolvimento, ajudando a romper o ciclo intergeracional de pobreza e de oportunidades perdidas. Há um número cada vez maior de evidências de que programas

de proteção social podem não só melhorar as condições de saúde, nutrição e de realização educacional da criança, mas também reduzir o perigo de abusos e exploração.

A iniquidade é outra barreira importante para o cumprimento dos direitos dos adolescentes. Políticas e programas que visam realizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio raramente concentram-se em garantir oportunidades iguais para todos os adolescentes. Para criar cidadãos ativos e envolvidos, alcançar igualdade social e promover o crescimento econômico sustentável, é crucial possibilitar, até mesmo aos mais pobres e marginalizados, o cumprimento de seus direitos a educação, saúde e recreação; a um ambiente sem violência; e a liberdade de expressar sua opinião em processos de tomadas de decisão.

Trabalhando juntos em favor dos adolescentes

O mundo começa enfim a despertar para a importância central dos direitos dos adolescentes – e para a necessidade de aproveitar o idealismo, a energia e o potencial dessa nova geração de adultos. É evidente hoje que os compromissos internacionais assumidos em favor da criança não serão cumpridos sem recursos adicionais, planejamento estratégico e vontade política para promover seus direitos e seu desenvolvimento na segunda década de vida. Tanto quanto as crianças pequenas, os adolescentes merecem cuidados e atenção, e merecem a mesma consideração e direito de participação que os adultos. Principalmente no mundo em desenvolvimento, onde vive a maioria dos adolescentes, o investimento em coleta de dados, educação e participação e a criação de contextos baseados em direitos podem ser

extremamente compensadores. O foco nos adolescentes tem o potencial de acelerar sensivelmente os progressos na redução da pobreza e da iniquidade ao longo das próximas décadas, assim como de estabilizar economias e estimular o crescimento. Torna-se cada vez mais claro que um desenvolvimento equitativo e sustentável depende da criação de um ambiente no qual os adolescentes possam exercer seus direitos e desenvolver suas capacidades.

A adolescência é a fase das oportunidades. Esta é nossa chance de reconhecer a importância central desse período de formação, trabalhando juntos para estabelecer as bases para um futuro mais equitativo e mais próspero.



United Nations Children's Fund

3 United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA
Email: pubdoc@unicef.org
Website: www.unicef.org

ISBN: 978-92-806-4558-3

ISBN 978-92-806-4558-3



Para obter uma cópia do relatório completo e qualquer atualização subsequente à sua impressão, acesse nosso *site*: www.unicef.org/publications

© United Nations Children's Fund (UNICEF)
Fevereiro 2011

Fotografia da capa: Adolescentes participam de um *workshop* organizado por uma ONG local em Salvador, Brasil, 2006. (©UNICEF/NYHQ2006-1326/Versiani)

Design: Prographics, Inc.

